



# Anais da Assembleia

Nº 110

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1976

ANO II

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA

### ATA DA 166.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1976.

#### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Lázaro Dumont.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 118/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 246/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Reserva, objetivando reparos em diversos prédios Escolares naquele Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 118/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, em 17 de março de 1976 e o município de Reserva, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar de "Imbuia", Casa Escolar do "Vau", Casa Escolar "Herval de Baixo", e "Casa Escolar de Rio Novo", daquele município.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1.976.

(aa) Accioly Neto, Presidente, Dácio Leonel, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 246/76.

#### PARECER.

A presente Proposição 246/76, oriunda de Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembleia ao termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o município de Reserva, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquela comuna.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício daquela Comuna.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1.976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 16, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 118/76.

Levanta-se a sessão.

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA

### ATA DA 167.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1.976.

#### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Dácio Leonel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Aragão de Mattos — Leão. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

A sociedade curitibana e paranaense foi acolhida pela infasta notícia do passamento de uma das suas mais ilustres e representativas figuras, e, consternada acompanhou hoje os funerais do Coronel José Schleder.

Sua vida foi um exemplo da dignidade e trabalho, de responsabilidade e dedicação, de probidade, de grandeza de alma, de elevação de espírito, de caráter firme, de retidão de conduta.

Membro de conceituada família, honrou-lhe a tradição, aduzindo-lhe pela sua obra e pela sua descendência, maior brilho e respeito.

O Cel. José Schleder, a par de suas inúmeras atividades, comandou, por largos períodos, a gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná, onde sua passagem foi exemplo e é lição a todos quantos ali prestam serviços e a todos os que dela têm recebido paz e tranquilidade.

Sendo assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo e sentido pesar pelo falecimento do Coronel José Schleder.

Outrossim, requer mais, se dê ciência da decisão à família enlutada e ao Comando da Polícia Militar do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de congratulações ao Hospital Evangélico de Curitiba, pelo transcurso do seu 17.º aniversário de funcionamento.

O modelar nosocomio, mantido pela Sociedade Evangélica Beneficente, teve sua pedra fundamental lançada no ano de 1943, e a solenidade inaugural realizada em 05 de setembro de 1959.

Atualmente, funciona com 450 leitos em todas as especialidades da Medicina, contando com 800 pessoas em seu quadro de funcionários.

Estes números serão aumentados dentro de dois anos, eis que existe plano para atendimento de 610 leitos como resultado de obras orçadas em 12 milhões de cruzeiros.

Outrossim, requer, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Sociedade Evangélica Beneficente e ao Hospital Evangélico de Curitiba.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1.976.

(a) Ezequias Losso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer seja enviado do DNER, pedido de informações nos seguintes termos:

1— Segundo a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, com recursos daquela Pasta, a Firma responsável

pela elaboração do Projeto de Engenharia da BR-272-Campo Mourão a Goioerê— é a TRANSPLAN — Planejamento e Projetos de Transportes S/A - PERGUNTA-SE O projeto já foi concluído e enviado ao DNER?

Se foi enviado, houve licitação Pública?

Qual a fase atual da licitação Pública?

Existe verba destinada à construção da referida estrada?

Em caso positivo, qual o valor da verba?

Para quando está previsto o início da estrada BR-272?

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1976.

(a) Jayme Rodrigues Carvalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, requer seja nomeada uma Comissão Especial para averiguar a situação de calamidade pública em que se encontram 85 famílias, despejadas das Fazenda “Santa Izabel e Espigão”, no município de Terra Roxa.

Tendo conhecimento que vários posseiros receberam indenização na ordem de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) por alqueires, e que outros foram ameaçados e coagidos, pelos Fazendeiros e pelo Presidente do Sindicato local, para receber importâncias insignificantes deixando suas benfeitorias, plantações, animais, etc. . . A cidade de Terra Roxa aumentou o contingente de pessoas desempregadas e esmoler.

Eis porque estamos convencidos de um trabalho parlamentar, expedito e minucioso, poderá contribuir para elucidar esses feitos que abalam a opinião pública, restabelecendo ou ajudando a restabelecer a verdade.

Dai porque apresentado o presente requerimento para constituição de uma Comissão Especial que, composta de 3 membros, deverá apresentar o resultado do seu trabalho a esta Casa.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, requer seja transcrito nos Anais da Casa, o artigo publicado no “O Estado do Paraná”, de 15. 09.76, cujo título “Paulo afirma: Continuo em Pé”.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. JAYME CANET JUNIOR, apelando no sentido de ser estudada a viabilidade de melhoria de vencimentos aos funcionários do DER especialmente àqueles que prestam serviços na conserva de estradas, de sorte a tornar as suas remunerações mais compatíveis com o custo de vida.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1976.

(a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. (Pausa)

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, segundo orador inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna nesta tarde para o seguinte requerimento:

(Lê)

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer a Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, seja nomeado, com a máxima urgência, um Delegado de Polícia ESPECIAL para a cidade de JANIÓPOLIS, tendo em vista a situação insuportável para os moradores daquele município, pela inércia do atual Delegado, que não garante a paz pública daqueles habitantes.

Sala das Sessões, em 15 de Setembro de 1976."

Sr. Presidente, parece que está se tornando rotineira a nossa presença nesta tribuna, para denunciar fatos insuportáveis, inescrupulosos havidos no município de Janiópolis.

Até cansa, Sr. Presidente, a este Deputado, até cansa aquele povo esperar alguma coisa deste Governo através de seus Secretários.

É até vergonhoso, dá até nojo o que o Governo, através da Secretaria de Segurança Pública, através da Secretaria de Saúde etc..., têm feito para aquele povo.

Há poucos dias denunciei desta tribuna o fato do Prefeito Municipal de Janiópolis haver agradido, drástica e duramente, na porta de seu domicílio, um candidato a Vereador do MDB.

E eu disse, naquela denúncia, que o Prefeito havia dito que naquele candidato batia, nos outros não iria bater, mas iria matar.

Já estou cansado de pedir a este Governo, providências, porque o povo está revoltado e enojado.

Há 10 minutos recebi um telefonema de Janiópolis, dizendo que o candidato a Prefeito pelo MDB, Sr. Antônio Dandio, foi ontem na sua casa, no seu quintal, alvejado por dois balaços.

E até agora o Delegado "calça curta" daquela cidade, nomeado por este Governo que diz que garante a paz e que constrói, não tomou nenhuma providência, como não tomou também na outra vez, quando pedimos garantias para o povo daquela cidade, porque lá o Prefeito é o Presidente da República, o Prefeito é o Governador, o Prefeito é o Secretário de Segurança Pública, o Prefeito é o Deputado, o Prefeito é o Delegado, o Prefeito é o policial.

E joga seus jagunços em praça pública para fazer o que ele dita.

E tudo que ele dita, Sr. Presidente, o Paraná inteiro sabe, e para vergonha nossa, o Brasil também não desconhece. Tudo que ele dita é contrário às leis.

Sr. Presidente, é o último pedido que eu faço ao Governo do Paraná.

O próximo pedido eu tentarei ao Governo da República, para ver se realmente neste País existe indício de vontade de servir.

Alvejado Antônio Dandi.... E pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Vereador do MDB que hoje é candidato a Prefeito, há dias passados requereu à Câmara a concessão do título de cidadão honorário de Janiópolis ao Sr. Secretário de Segurança, requerimento que foi aprovado pelos dois Vereadores do MDB, Antônio Dandi — o homem alvejado — e Miguel Prado, e negado pelos arenistas.

Se a ARENA negou ao Secretário de Segurança Pública o título de cidadão honorário, chego a concluir que realmente estão certos aqueles Vereadores da ARENA, porque pedimos providências a esse Secretário e ele não atende e o povo está apavorado, a ponto, Sr. Presidente, e acho que isso é que o governo quer, a ponto de todos os candidatos do MDB e os dois candidatos a Prefeito, estarem apavorados e querendo renunciar às suas candidaturas, porque a ARENA lá em Janiópolis

polis quer ganhar com jagunços, com tiroteio, sem a segurança do Secretário de Segurança Pública.

É o último requerimento que faço e peço aos Srs. Deputados que votem, para que tome providência, se faça justiça, porque na minha região governo não vai ganhar eleições com cassetete e nem com Delegado de "calça curta".

Era só — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara - AUSENTE.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atitudes mais que lamentáveis, tenebrosas e abomináveis acabam de ser denunciadas desta tribuna.

Venho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para tratar de problema semelhante.

Se não traz na mão o revólver, traz na intenção a mesma odiosa fórmula de fazer sofrer, de perseguir, de impingir aos que menos podem as atitudes, até hoje, poderosas daqueles que detêm o mando.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não venho para apelo, não venho para dirigir requerimentos, não venho para tentar qualquer outra atitude; venho apenas para colocar esta Casa a par do que se pretende cometer, mais uma vez, na Capital do Estado, na cidade de Curitiba.

Parece-me que o problema municipal aqui é tratado e assim o tem sido.

Portanto Curitiba, com maior razão, merece que aqui também tenha suas questões e tenha os seus problemas debatidos e discutidos, mormente porque, Srs. Deputados, coube a esta Assembléia, de uma forma ou de outra, a responsabilidade de referendar a administração municipal que aí está instalada.

Dias atrás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cercado de toda a pompa como sóe acontecer em atos desta natureza, cercado de toda a publicidade como sóe acontecer, o Sr. Prefeito Municipal entregou à Câmara de Curitiba o Projeto de Lei Orçamentário para 1977.

De um lado, os aplausos estrepitantes de uma maioria esmagadora de Vereadores Arenistas a endeusar, talvez, não o homem que hoje detém o Poder, mas o cargo e a posição que ocupa; de outro, uma pequena, minoritária mas valente e briosa bancada de Vereadores da Oposição se atira à análise e ao estudo da Lei Orçamentária para o Município.

A perspicácia da bancada, valorizada pelo trabalho do eminente Vereador Adail Sprenger Passos, levanta indagações das mais sérias, ao ponto de, também, apontar denúncias das mais estarrecedoras para o contribuinte curitibano.

Está já em tramitação na Câmara Municipal de Curitiba a Lei Orçamentária para 1977.

O Município de Curitiba, Srs. Deputados, passa a figurar gloriosamente nas estatísticas oficiais com uma vultosa e poderosa arrecadação.

Da análise realizada pela bancada do MDB, através deste Vereador, nota-se que, mais uma vez, a ganância fiscal, mais uma vez a sanha tributária, mais uma vez a impiedade vai se atirar sobre o contribuinte de Curitiba.

Curitiba, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem previsto para arrecadar em 1977, 745 milhões, 249 mil e 270 cruzeiros.

A receita prevista, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é 56 por cento.

A receita geral prevista, é 56 por cento maior que a de 76; a receita direta é de 58,5 por cento maior que a de 76.

Estes dados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderiam, quem sabe, à primeira vista até, carrear para a administração o respeito, a simpatia e a admiração por um trabalho que pudessem desenvolver, num sentido de, aumentando a receita, o fazer através de instrumentos que não fossem aqueles que buscam

mais uma vez, na bolsa popular, arrecadar estes percentuais cada vez mais altos.

Gostaria de dizer à Casa, que avultam nesta Lei de Meios, dois índices que merecem a nossa atenção: o aumento previsto para o imposto predial e territorial urbano na ordem de 74 por cento, e o aumento previsto para o imposto sobre serviço de qualquer natureza, previsto na ordem de 133 por cento.

Srs., já estamos acostumados a ver, ao início de cada exercício, ao início de cada ano, a amargura da nossa população, o sacrifício do nosso contribuinte pelos sucessivos e violentos aumentos impostos pela administração municipal.

E agora, já sem carapuça, já sem verniz, já sem anteparo, não se peja jamais esta administração e o seu Prefeito, de lançar o projeto e assinar embaixo, dizendo que vai à Prefeitura para o exercício de 1977, aumentar o imposto predial em 74 por cento, aumentar o imposto sobre serviços em 133 por cento.

Mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo de Curitiba, o contribuinte de Curitiba, a nossa população estará sendo violentada na sua bolsa.

Curitiba tem a sua população, Srs. Deputados, constituída em larga maioria, pelo funcionalismo público de um lado, pelo assalariado do outro lado.

Classes que tiveram aumentos salariais em níveis muito mais baixos.

E aí está o aumento de salário concedido pelo Governo do Estado no decorrer deste ano e aí está o aumento de salário mínimo concedido no decorrer deste ano.

Mesmo que estes aumentos programados para o próximo exercício, no setor de impostos, na tributação municipal, estivessem a nível do aumento dos vencimentos, no aumento de salários, mesmo assim, já pouco poderia suportar a nossa população.

Mas a ganância é maior.

A tentativa de arrecadar faz com que os tributos avultem, faz com que a majoração duplique e triplique estes índices.

Era só Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria apenas deixar nos Anais desta Casa, o protesto que hoje faço.

Não vai apelo porque apelo não cabe a quem é insensível, não vai roubo porque roubo não cabe a quem tem praticado, e com assiduidade, com permanência e com continuidade, atitudes desta maneira.

Era apenas para lavrar este protesto, era apenas para trazer uma homenagem aos Vereadores do MDB de Curitiba que, diminuídos em quantidade, se valorizam no trabalho que fazem em defesa dos verdadeiros interesses da população desta Capital.

Era só, Sr. Presidente, para dizer que, lavrado este protesto, na época oportuna viremos cobrar, e o saberemos como e de que forma, do Sr. Prefeito Municipal.

Era também.....

**O Sr. Osvaldo Macedo** — Deputado Enéas Faria permite um aparte?

(Assentimento).

Apenas, Deputado Enéas Faria, para, como Líder da bancada do MDB, endossar a miúdo e por inteiro, todas as palavras de V. Exa. em defesa do sofrido contribuinte de Curitiba.

Fala V. Exa., portanto, em nome da nossa bancada e com autoridade que tem a nossa bancada para falar através a palavra de V. Exa.

**O SR. ENÉAS FARIA** — Agradeço ao eminente Deputado.

Agradeço a delegação que me concede V. Exa., neste momento.

Poderia até, Srs. Deputados, aduzir mais, que, apesar de tudo, apesar da violência tributária que mais uma vez se vai praticar, apesar de tudo, quem sabe até se pudesse entender

e compreender quem sabe até justificar o que está ocorrendo, se o dinheiro que vai ser arrecadado tivesse uma destinação capaz de atender os anseios mais prementes da população.

Mas, numa análise desta Lei de Meios, deste Orçamento, o que vejo é que os recursos destinados ao setor sanitário, à educação, à assistência, ao cumprimento do programa viário da cidade, todos eles são diminutos em contrapartida à vultosa soma ali consignada em setores pouco explicitados na mensagem, ou que pouco representam para os anseios e para as reivindicações vivas de nossa cidade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a dizer, era a homenagem aos meus companheiros, companheiros de MDB lá da Câmara Municipal, que heroicamente levantam a bandeira em defesa dos interesses do curitibano, e era também para que ficasse marcado o protesto, para que não venha no futuro mais uma vez, este Prefeito ou quem quer que seja, iludindo, faltando com a verdade, tergiversando, dizer, que tudo foi feito com a complacência também da Oposição.

Não o foi e não o será.

O protesto já foi lançado lá na Câmara e está lançado aqui na Assembléia.

Era tão só isso, mas para dizer também, que certamente o Prefeito não está preocupado, certamente a Prefeitura Municipal não está preocupada com as repercussões que esta atitude possa ter junto à população, porque não esqueceu de incluir no Orçamento, a quantia de cinco bilhões de cruzeiros antigos, para promover as atitudes como esta, junto aos órgãos de divulgação, para que sua imagem continue bonita e respeitada junto à população.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo)** — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

**O SR. NELSON BUFFARA** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é nossa intenção, como nunca foi, sabem perfeitamente os companheiros Deputados que por 10 anos convivem conosco nesta Casa, fazer polêmica neste nosso discurso.

Não gostamos de polemizar, muito menos quando trata-se de criticar, como vamos criticar um Irmão Marista.

Trata-se de um Irmão que, ao invés de ser emissário de Deus, deve ser o preposto do Diabo nesta cidade de Curitiba.

Referimo-nos ao irmão Francisco, que parece que pertence à Ordem Marista.

Eu digo com sentimento, porque sou católico convicto, assisto às missas aos domingos e não admito que um Irmão dessa estirpe que representa a Faculdade Católica nesse famigerado exame psicotécnico de Curitiba, esse Irmão, tem por norma, tem por princípio desacatar a todos quantos buscam um psicotécnico no local onde são realizados os exames.

Há quarenta dias atrás, ele teve a audácia, a petulância de chamar-me de mentiroso, acintosamente; eu repeli à altura e com energia; não admito que ninguém me chame de mentiroso, a não ser que tivesse mentido, caso em que pediria escusas ao Irmão que dirige aquele órgão, como se ele fosse um diretor de um asilo frequentado por delinquentes.

Quando me chamou de mentiroso, eu reagi com veemência e provei que não era mentiroso.

Ele estendeu-me a mão, como quem quisesse dar a mão à palmatória, como se aquele gesto o inocentasse de tamanho atrevimento.

Justificou; mas, com a arrogância que lhe é peculiar, continuo a me detrair e, ontem, o advogado do Rio de Janeiro, nosso colega, bacharel, homem de respeito, família tradicional da Guanabara, foi tentar renovar seu psicotécnico em Curitiba, Ao entregarem o psicotécnico ao bacharel do Rio de Janeiro, tenho o nome, queixou-se a mim e eu estou fazendo o apelo, quando entregaram o psicotécnico a ele, estava rasurado por funcionário do órgão; e, como ia voltar ao Estado do Rio

Janeiro, a Polícia Federal é rigorosa e até poderia pensar que ele tivesse rasurado, ele pediu ao Irmão Francisco que datilografasse um outro cartão que não fosse rasurado.

O Irmão Francisco que só não o chamou de santo, o resto disse a ele, prova disso são os médicos que trabalham naquele órgão e os funcionários, esse Irmão Francisco que tem um físico avantajado, parece que não está muito longe para fazer uso de sua força, quando necessário, desacatou-me e, eu, não quis, naquela oportunidade, ser vítima; mas, hoje, eu conto meu fato como de segunda importância.

Importante, foi o fato que ocorreu, ontem, com esse advogado do Rio de Janeiro.

É um abuso o que eles fazem e é o nosso apelo ao Sr. Governador do Estado que acabe com esta patifaria desses irmãos maristas que cobram dez cruzeiros por um pedacinho de papel que obriga, ao interessado, ir no Banco recolher sessenta cruzeiros.

Dez cruzeiros, por uma folha de papel que não vale um cruzeiro, é um assalto à mão armada, ao povo.

Eles são rigorosos, reprovam, via de regra, três, quatro vezes o interessado, para que três ou quatro vezes ele vá lá recolher sessenta cruzeiros, mais dez cruzeiros de papelada e mais cinco cruzeiros para plastificar o seu psicotécnico.

É uma indústria de fazer dinheiro, é uma vergonha o que temos no Paraná.

Se o Estado não tem condições de fazer ele mesmo o psicotécnico, que cancele este malfadado acordo feito com a Faculdade Católica, pessimamente representada, quero crer que não seja via de regra mas, este Irmão sabe denegrir, acima de tudo, a Faculdade Católica.

Ele compromete toda a Faculdade Católica.

Chama-se Irmão Francisco, não sei de que e não quero saber.

É um Irmão mau caráter, autoritário, desumano e, jamais poderá ser classificado como elemento de Deus mas sim, filiado à seita de Satanás.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra à liderança do MDB.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos esta tribuna para tratarmos do mesmo assunto aqui já abordado pelo bravo Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

Hoje pela manhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebemos a informação de que um candidato do MDB e Prefeito de JANIÓPOLIS havia sido baleado.

Mesmo sabendo da triste fama adquirida por aquele próspero município, em virtude do Prefeito que atualmente o administra e cujo comportamento já foi objeto de denúncia nesta Assembléia, pelo ilustre Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, a notícia foi chocante.

Ainda hoje mantivemos comunicação telefônica com o Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral da Comarca, Dr. Edison de Jesus de Oliveira Couto, a cuja jurisdição pertence o município de JANIÓPOLIS.

Aquela autoridade informou-nos ter sido trazido ao seu conhecimento, que a vítima era o Vereador e atual candidato a Prefeito pelo município, Antônio Ferreira Dandi.

Informou-nos também que estava determinando séria investigação sobre os fatos.

O digno Presidente do Diretório Municipal de JANIÓPOLIS que nos relatou o que lhe acontecera ontem à noite, por volta das 21 horas, quando se encontrava na varanda de sua casa, que fica na Avenida principal da cidade, o candidato do MDB, Antônio Dandi, conversando com alguns correligionários, foi baleado por duas vezes por um desconhecido que se aproximara e que fugira logo após.

Antônio Ferreira Dandi foi atingido por duas vezes uma no tórax, outra no braço.

Encontra-se hospitalizado em JANIÓPOLIS.

Felizmente fora de perigo segundo os médicos e em condições, portanto, de continuar em sua campanha eleitoral com prenúncios de vitória, para a Prefeitura de JANIÓPOLIS.

Naquele município, Sr. Presidente, Srs. Deputados o MDB disputa eleições com dois candidatos a Prefeito e com 18 candidatos a Vereador.

A ARENA concorre com três candidatos a Prefeito e com 27 candidatos a Vereador.

Ocorre que a receptividade que vêm recebendo os candidatos oposicionistas tem provocado desespero nas hostes situacionistas, desacostumadas às práticas democráticas.

O Prefeito daquele município já se tornou figura folclórica em todo o Estado do Paraná, em virtude de sua valentia, de sua brutalidade e por criar tumultos na cidade.

O Delegado de Polícia, que, evidentemente, inevitavelmente foi tirado do seu bolso do colete, é um paisano, Sr. Fleury Ferreira, que certamente não será muito diligente nem expedito nas investigações que sem dúvida se impõe sejam feitas para apurar as responsabilidades dos autores, dos mandantes deste atentado.

Daí porque a inteira procedência do requerimento que nesta Casa apresentou no dia de hoje o Sr. Deputado Jayme Carvalho e quando aqui se pronunciou, o Sr. Deputado fez referências à agressão que sofreu há dias atrás, um candidato a Vereador do MDB, Pedro França de Albuquerque.

O agressor foi o Prefeito.

Naquela ocasião, o ilustre suplente de Senador, Sr. Euclides Scalco comunicou-se imediatamente com o Sr. Secretário de Segurança que determinou a ida de um delegado especial a JANIÓPOLIS para dirigir as investigações sobre a agressão sofrida por este Vereador que, não se sabe porque, não deixou que alguma autoridade chegasse até à verdade.

É que ainda hoje comunicamos os companheiros daquele município, que a população se encontra em polvorosa, se encontra intranquila e insegura, porque a cidade de JANIÓPOLIS transformou-se, estes fatos atestam, comprovam e evidenciam, em uma sede insegura.

E se hoje ocupamos esta tribuna, em nome do MDB, para formular esta denúncia deste fato grave ocorrido em JANIÓPOLIS, é como registro, é como protesto e é como um alerta.

Porque outros fatos poderão e deverão ocorrer no Paraná, se no Paraná continuar o comportamento do Governo que aí está, que não oferece ao nosso Estado, na forma como está fazendo política, a segurança que o Paraná precisa.

Não faz muito tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrávamos aqui, em um aparte, o episódio ocorrido quando da edição do Ato Institucional número 5, ocasião em que o ex-Vice-Presidente da República, Pedro Aleixo, se opusera a que o Presidente da República o editasse.

Naquela ocasião, um homem de triste memória que foi o Ministro da Justiça, de triste fama, procurando defender a edição daquele Ato famigerado que pesa até hoje sobre a cabeça de todos os brasileiros, virou-se para o Vice-Presidente que o condenava, e perguntou-lhe:

— Mas V. Exa. não confia que este instrumento nas mãos honradas do Presidente Costa e Silva será bem aplicado? Ao que Pedro Aleixo teria respondido que, confiava no honrado Presidente Costa e Silva, mas não confiava no guarda da esquina.

Porque o mal das ditaduras são os guardas da esquina. E, exemplo típico está ocorrendo agora no Paraná, quando o Sr. Governador do Estado desce da sua função e perde a posição de Governador do Estado, para se transformar num mero cabo eleitoral sem voto, a andar de cidade em cidade, prometendo obras para depois da eleição; contando miragens, desenhando

fantasias, e, às vezes até intimidando, pretendendo ganhar a qualquer custo a eleição.

E quando o cabo eleitoral do interior, e quando o homem armado e despreparado que participa e que está no Partido do Governo, lá no interior, vendo o seu Governador querendo ganhar a eleição a todo o custo, ele age como o guarda da esquina e comete essas barbaridades, essas agressões e essas injustiças, que põem em insegurança a intranquilidade toda a família paranaense.

Que sirva este exemplo para o Sr. Governador para que ele se acautele, para que os que seguem o seu exemplo e os que nele se miram não ajam com a descompostura como agiu, quem armou a mão deste agressor.

Que viaje o Sr. Governador de avião ou helicóptero, mas que não perca a sua condição de Governador.

Estamos com uma eleição municipal em que o povo será chamado a decidir.

E quem manda numa eleição municipal é o povo.

Que o Sr. Governador viaje pelo interior, não sei se o interior quer conhecê-lo.

Que viaje de avião ou que viaje de helicóptero, mas que não perca a sua condição de Governador.

Porque ele é Governador de todos os paranaenses.

O salário que ele recebe é pago por eleitor da ARENA e do MDB.

A gasolina do seu avião é paga por contribuinte da ARENA e do MDB.

Não pode, portanto, esse Governador, desvestir-se da sua função para se transformar, como disse, num mero cabo eleitoral sem voto, a percorrer o Paraná, gastando o dinheiro de todos os paranaenses, portanto dinheiro de quem pertence à ARENA e de quem pertence ao MDB.

Que Janiópolis seja o primeiro alerta neste início de campanha eleitoral, e que o Paraná não seja enganado, e que os eleitores, os partidários do interior, não sejam influenciados por comportamentos menos felizes e menos dignos, daquele que deve ser o primeiro mandatário deste Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra à Liderança da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Declino, Sr. Presidente e delego a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tem a palavra, o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "Diário Popular" edição de hoje, página policial: publica as seguintes manchetes e notícias: "Discutiu, brigou, foi atrás e matou o vizinho no paiol".

"Depois de uma calorosa discussão, por motivos de pagamento de aluguel atrasado, Manoel de Deus, foi até sua casa e apoderou-se de uma faca e saiu furioso à procura de seu oponente, Nelson Alves, que pressentindo o ódio de seu adversário, escondeu-se num paiol, situado nos fundos de sua casa.

Mesmo assim, Manoel conseguiu descobrir o esconderijo deste, e foi com todo o rancor que sentia, que desferiu uma única e violenta e certeira facada, no peito de Nelson, que caiu ao chão fulminado, tendo morte instantânea."

#### "GUARDA NOTURNO BALEOU MOTORISTA"

O motorista de ônibus, depois de discutir com o guarda da garagem da empresa, levou três tiros deste, sendo atingido no abdômen.

Colega do motorista, Azemir Ribeiro, ao ver o companheiro no solo, foi em socorro, enquanto o guardião, cujo nome é desconhecido, evadiu-se do local, tomando rumo ignorado.

#### "GAROTA LEVOU UM TIRO NO GOGÓ"

A jovem Célia Batista, de 15 anos, quando brincava com o revólver do namorado, foi vítima de um disparo acidental,

sendo atingida na altura da garganta. O fato ocorreu às 22,30 de anteontem, na residência da vítima, que fica situada à Rua 6, Casa 27, no Jardim Independência, nesta Capital.

Jornal "Gazeta do Povo, também em edição de hoje.

#### "MORTE DE LUDINHO PREOCUPA"

"Ao quebrar ontem o silêncio da polícia sobre o sequestro e morte do estudante Lúdio Martins Coelho Filho, o delegado Sérgio Fleury, do DPOS de São Paulo, fez um apelo às emissoras de Rádio e TV, a quem souber de algum estranho que tenha alugado recentemente casa, chácara ou apartamento na cidade, locais onde o delegado acredita, tenha sido mantido "Ludinho" desde a madrugada de sexta-feira, ocasião de seu desaparecimento, até domingo à tarde quando seu corpo foi achado num terreno baldio, com dois tiros".

Eu lamento, Srs. Deputados, mas, em relação aos delitos contra a vida, encontrei apenas estes, até porque, eu só tinha estes dois jornais.

Entendo que o apreço à vida, não tem absolutamente nenhuma conotação política.

A vida é significativa para a comunidade quer ela seja do poderoso, quer ela seja do humilde, quer seja do partidário do governo, quer seja do partidário da oposição.

É bem por isso, que o nosso Código Penal, no seu Artigo 121, caracteriza o crime de homicídio, dizendo simplesmente:

"Matar alguém; Pena, reclusão de seis a vinte anos", não diz nada mais.

Refere tão somente, que a ação de matar alguém tem como retribuição uma pena de reclusão com um mínimo de 6 anos e um máximo de 20 anos.

Não me lembro, desde o início desta Legislatura, que aqui, desta tribuna, se tenha feito alguma consideração em torno dos diversos delitos contra a vida que, diariamente, são praticados em todas as cidades do Estado.

Ninguém se perguntou ainda se alguma dessas mortes há pouco referidas dizem respeito a pessoas que pertenciam à ARENA ou ao MDB.

Como também não se sabe, porque ninguém se preocupou, se alguma dessas mortes, ou tentativas de homicídios, decorreram de acalorada discussão política, ou pior ainda, são fruto de perseguição política.

Parece que, apenas em Janiópolis, é que se utiliza o exemplo da perseguição política como causa de delitos contra a vida.

Ainda bem que ninguém se abalçou ainda em pretender caracterizar a perseguição política como uma das formas de crime contra o patrimônio.

O Código Penal Brasileiro, Srs. Deputados, seguindo clássica orientação, dispõe, no seu Artigo 11, a propósito da relação de causalidade, que o resultado de que depende a existência do crime, só pode ser imputado a quem lhe deu causa.

O mesmo Código, no mesmo dispositivo, diz que "considera-se causa a ação, ou omissão, sem a qual o resultado não teria ocorrido".

Ora, o eminente Deputado Osvaldo Macedo que antes de chegar a esta Casa, foi promotor de Justiça e, posteriormente advogado, aqui afirmou que "o autor dos disparos de arma de fogo feitos contra o candidato a Prefeito pelo MDB, é desconhecido".

Como também não pôde apontar nenhuma participação material, ou moral, que são as duas únicas formas de participação, afora os casos de co-autoria, do Prefeito Municipal, Sr. Alfeu Teodoro de Oliveira.

E pasmem, Srs. Deputados, que não obstante isso e malgrado o fato de S. Exa. conhecer perfeitamente o Código Penal, apontou à execração pública, mais uma vez, o Prefeito Municipal de Janiópolis, como se fosse ele o responsável por todos os males do mundo.

Mas não é só isso. Recentemente, o Prefeito Municipal de



Janiópolis, Sr. Alfeu Teodoro de Oliveira, desentendeu-se com um cidadão, Pedro França Albuquerque, na cidade de Janiópolis.

E em função desse desentendimento, procurados que fomos pelo ofendido e por pessoas ligadas ao MDB, solicitamos ao Sr. Secretário de Segurança Pública que designasse um delegado especial para aquele município, a fim de realizar rigorosa sindicância e instaurar o inquérito policial necessário.

E esse pedido que nos foi formulado, teve todo o apoio daquele que era considerado ofensor, no caso o Prefeito Municipal de Janiópolis.

Agora, se nós, a cada vez que o Sr. Alfeu Teodoro de Oliveira tiver desentendimentos, viermos de público discutir as razões das desavenças, estaremos ao mesmo tempo descaracterizando a personalidade de Alfeu Teodoro de Oliveira, e da pessoa que com ele se desentendeu.

Porque, o que não se pode entender, é que as pessoas procurem desentendimentos lá em Janiópolis e venham depois aqui na Assembléia Legislativa procurar respaldo para a coragem que não tiveram como homens. Esta é a grande verdade.

Nesse caso ocorrido ontem, não se sabe que razões levaram o desconhecido que efetuou disparos de arma de fogo, a praticar o ato.

Será vingança?

Crime passionai?

Cobrança de Dívida?

Até inveja ou outro problema qualquer que todos nós aqui desconhecemos?

Se fôssemos dar importância que está se dando ao fato, que não teve até agora nenhuma prova de que no seu substrato haja qualquer conotação política, seremos obrigados a lermos diariamente nos jornais, nas páginas indicadas, os "fatos policiais", e verberarmos contra o aumento excessivo dos crimes contra a vida.

Por esta razão, Sr. Presidente, não vejo porque se deva maximizar esse episódio, a não ser por um aspecto: O fato de que, ocorreu em Janiópolis, assim como em Curitiba, bem como poderá estar ocorrendo neste momento em Ponta Grossa, Londrina, Paranavaí, Paranaguá e todos os municípios do Paraná, mais um crime contra a vida, e que vem nos mostrar categoricamente que não estamos convenientemente aparelhados com uma legislação penal que consiga diminuir o índice desse tipo de direito.

Saindo disso, será fazer com que esta Assembléia torne palco cotidiano de discussões estereis, sobre o por que a garota levou um tiro no gogó, por que o vizinho foi morto no paiol depois de ter discutido e brigado, por que o motorista foi baleado pelo guarda-noturno, e aí passaremos a exercer o mandato em busca das causas do crime contra a vida que diariamente são publicados nos jornais da Capital e do interior, ou de fora do Estado.

Acho que, por imperativo da nossa própria investidura, no momento em que assumimos o mandato nesta Casa, devemos em episódios dessa ordem, minimizar no seu aspecto político, mas maximizar o aspecto relacionado com o aumento de criminalidade, que é o que importa a todos nós.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa comunica que está esgotado o prazo e lhe concede mais 1 minuto.

O Sr. Enéas Faria — Sr. Deputado, sabia de antemão da brilhante e talentosa defesa que procuraria fazer do seu amigo e correligionário, mas entendo sinuosa e escorregadia a tangente da argumentação que usou V. Exa., porque há antecedentes, porque houve ameaças, porque se concretizou o fato, porque se repetiu o fato, e mais grave, há de entender V. Exa., que testemunha desse caso é toda uma cidade, toda

uma comunidade. O corpo de jurados é a opinião pública e até por isso mesmo creio no seu bom senso, creio na pureza e na honestidade do cumprimento do seu mandato, e sei que V. Exa. haverá de ser o primeiro a votar e pedir que seja aprovado o requerimento proposto a esta Casa pelo eminente Deputado Jayme Carvalho.

O SR. ACCIOLY NETO — Até ia fazer, em complemento do que disse V. Exa. um adendo ao requerimento do Deputado, no sentido de que, além do Delegado de carreira, seja designado para este fato, um Delegado Especial para que possa, mais rapidamente, apurar a autoria desse lamentável acontecimento que criou toda esta celeuma aqui nesta Casa e, por justa razão, pode estar até provocando o descontentamento da população de Janiópolis.

Somente quero dizer a V. Exa. que nas mesmas circunstâncias, no dia em que V. Exa. fôr acusado injustamente estarei aqui para defendê-lo. — (Com revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, solicito que V. Exa. determine a minha inscrição para falar em explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 108/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição 190/76, Mensagem 50/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, e o município de Corbélia, com os objetivos que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 109/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 192/76, Mensagem 52/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, e o município de Medianeira, com objetivos que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 110/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 195/76, Mensagem 55/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Rondon, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 112/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 193/76, Mensagem 53/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, com o município de Realeza, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 113/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 209/76, Mensagem 61/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditi-

vo ao Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Palmital, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 114/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 213/76, Mensagem número 65/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Alto Piquiri, objetivando combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 115/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 214/76, Mensagem número 66/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Tuneiras do Oeste, objetivando combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 116/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 219/76, Mensagem número 70/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Antônio Olinto, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 117/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 221/76, Mensagem número 70/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 180/76, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que declara de utilidade pública, à Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul "Anacreonte Vieira Bodevan", da cidade de Iporã. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 119/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 261/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Bituruna, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Oscar Geyer". Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 119/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 24 de dezembro de 1975 entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o município de Bituruna, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Oscar Geyer", daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
DÁCIO LEONEL — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 261/76

A presente Proposição número 261/76, oriunda de Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo a referendo desta Assembléia ao termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o município de Bituruna, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado daquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analizando-se as cláusulas do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício daquela Comuna.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 120/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 270/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ibiporã, objetivando reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 120/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Ibiporã, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia e a Unidade Sanitária daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
DÁCIO LEONEL — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 270/76

A presente Proposição número 270/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o município de Ibiporã, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado daquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analizando-se as cláusulas do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício daquela Comuna.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.



É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
DÁCIO LEONEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 121/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 275/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Londrina, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual “Antônio Moraes de Barros”, naquele Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. – **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 121/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o município de Londrina, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual “Antônio Moraes de Barros”, naquele Município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
DÁCIO LEONEL – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 275/76

A presente Proposição número 275/76, oriunda de Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o município de Londrina, objetivando execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício daquela Comuna.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
DÁCIO LEONEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 122/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 208/76, Mensagem número 60/76, do Poder Executivo que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Bela Vista do Paraíso. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. – **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 122/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Bela Vista do Paraíso, visando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido Município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
DÁCIO LEONEL – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 208/76

Oriunda de Mensagem Governamental, a Proposição número 208/76, visa o referendo desta Assembléia Legislativa ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Bela Vista do Paraíso, visando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de Convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio celebrado, temos que o mesmo vem de encontro aos objetivos e interesses do Estado e em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
DÁCIO LEONEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 123/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 229/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Cascavel, objetivando reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino, daquele Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. – **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 123/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 15 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Cascavel, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “Francis Kennedy”, Grupo Escolar “Eleodoro Ébano Pereira”, Grupo Escolar “Almirante Barroso”, Grupo Escolar “Arthur da Costa e Silva”, Grupo Escolar “Diva Vidal” e Grupo Escolar “Marilis Farias Pirotelli”, daquele Município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
DÁCIO LEONEL – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 229/76

A presente Proposição número 229/76, oriunda de Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia ao termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Cascavel, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de Convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício daquela Comuna.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Coronel José Schleder. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que seja estudada a viabilidade de melhoria de vencimentos aos funcionários do DER. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Hospital Evangélico de Curitiba, pelo transcurso do 17º aniversário de funcionamento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta de 3 membros, para averiguar a situação de calamidade pública em que se encontram 85 famílias, despejadas das "Fazenda Santa Isabel" e "Espigão", no município de Terra Roxa". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o artigo publicado no jornal "O Estado do Paraná", com o título "Paulo afirma: Continuo em Pé". — **Aprovado.** — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao DNER, referente à construção da Estrada BR-272.

A Assembléia não pode encaminhar este requerimento por se tratar de obra federal, fora do âmbito desta Assembléia, e devolve o requerimento ao autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja nomeado com a máxima urgência um Delegado de Polícia Especial para a cidade de Janiópolis. — Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). Requer à Mesa, se poderia ser feito um adendo a este requerimento para solicitar também ao Sr. Secretário de Segurança Pública, a designação de um delegado especial para proceder a inquérito policial em vista da tentativa do homicídio na pessoa do Sr. Francisco Danguí.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Perfeitamente, a Mesa receberá a emenda aditiva contanto que V. Exa. a confeccione e a mande para a Mesa.

O SR. ACCIOLY NETO — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). De qualquer forma está em discussão o requerimento com a emenda aditiva já anunciada pelo nobre Deputado Accioly Neto.

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

— (A emenda aditiva é encaminhada).

(Lê):

Emenda aditiva ao requerimento do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

Acrescente-se onde couber:

"... e com o sentido de instaurar inquérito policial para apurar os fatos relacionados com a tentativa de homicídio na pessoa do Sr. Francisco Danguí".

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

Em votação a Emenda Aditiva. — **Aprovada.**

Concedo a palavra em explicação pessoal, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendo entrar no mérito dos últimos acontecimentos verificados na cidade, no município de Janiópolis.

Todavia, Sr. Presidente, não poderia assistir sem me pronunciar constestando as afirmações feitas desta tribuna pelo Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Osvaldo Macedo.

S. Exa., ao referir-se aos acontecimentos de Janiópolis, foi muito além da sua perspicácia, quando pretendeu culpar o Sr. Governador Jayme Canet Júnior de provocar um clima de tensão nesta ante-véspera eleitoral, quando sabemos, Sr. Presidente, que o Governador Jayme Canet Júnior, nas visitas que faz aos municípios paranaenses, não tem tido outra preocupação se não de, atendendo convites de seus e dos nossos companheiros, participar da entrega de inúmeras obras dos mais diferentes setores da administração pública, e, ao mesmo tempo que anuncia o início de outras. E tem sido, é verdade, Sr. Presidente, uma constante neste Governo, a presença física do Governador do Estado, nas reuniões e nas concentrações promovidas pelas autoridades municipais e pelos nossos companheiros de partido.

Mas, em todas as falas governamentais, Sr. Presidente, — e é bom que se faça justiça — o Sr. Governador do Estado, ao concitar o povo laborioso do Paraná ao trabalho, — e tem o Governo do Estado a correspondência deste povo atestada no aumento da economia do Paraná — tem sempre afirmado a sua disposição de continuar trabalhando em favor da coletividade brasileira que vive no Paraná, sem nunca Sr. Presidente, acirrar os ânimos contra aqueles que combatem o Governo, e temos dado demonstrações, Sr. Presidente, do mais alto respeito que nos merecem e que sempre nos mereceram os homens integrantes do Movimento Democrático Brasileiro.

Nós temos notícia, Sr. Presidente, de ocorrências neste Governo, iguais a tantas de Governos passados, e de antes de 1964, quando era perigoso, Sr. Presidente, filiar-se a um partido de oposição, e mais perigoso ainda, pretender-se disputar um cargo eletivo pelo partido que combate o Governo.

Temos neste Paraná, Sr. Presidente, dezenas e centenas de candidatos a Prefeito e a Vereadores do MDB, funcionários públicos estaduais, afastados nos termos da lei editada após revolução, com a percepção integral de seus vencimentos e vantagens, enquanto perdurar o afastamento para promover a sua campanha eleitoral.

Não tenho notícia, Sr. Presidente, de qualquer perseguição política promovida pela autoridade policial, contra candidatos oposicionistas.

Na minha cidade de Pato Branco, temos candidato a Prefeito, funcionário de uma autarquia, candidato a Vice-Prefeito, funcionário estadual, afastados em licença, merecendo todo o respeito da nossa parte, mas combatidos com altivez, com argumentação séria de Governo e de partido que se preza, pretendendo fazer ou promover a prosperidade de uma coletividade.

Dizer-se que o Governador do Estado nas suas visitas ao Interior, promove com as suas palavras o acirramento dos ânimos, induzindo a autoridade policial a pretender ganhar a eleição a qualquer custo, e usando da força, porque instigada pelo Governador do Estado, é uma grande injustiça, Sr. Presidente, porque o Sr. Governador do Estado não esteve ainda em Janiópolis. É Janiópolis em dos poucos municípios que não foram visitados pelo Governador do Estado.

E o Governador já visitou quase 200 municípios, Sr. Presidente, e nesses municípios o desenrolar da campanha política, da campanha eleitoral desenvolve-se num clima de respeito à dignidade da pessoa humana.

Era o reparo que pretendia fazer, Sr. Presidente, às afirmações aqui feitas pelo eminente e ilustre Líder do MDB. E sei que ele as fez impensadamente, porque não acredito, Sr. Presidente, honestamente, que S. Exa. assim pense, porque conhece a figura do Sr. Governador do Estado. E, por ele qualificado de cabo eleitoral sem votos. Quem me dera, Sr. Presidente, na minha eleição, ter a meu lado um cabo eleitoral das qualidades extraordinárias de homem público e de administrador, de Jayme Canet Júnior.

Vejo, nesta tentativa da Oposição, uma malograda tentativa, diria melhor, Sr. Presidente, de intimidar a Arena e de constranger o Sr. Governador do Estado a continuar nas suas andanças pelo interior, porque nas suas andanças, ele infunde esperanças; no seu diálogo com o povo do Paraná, ele tem sabido transmitir a sua confiança no futuro deste Estado; e, mais do que nunca, este Estado vive um clima de ordem e tranquilidade, Sr. Presidente, e de respeito e, não seria um fato isolado, lamentável, é verdade, ocorrido em Janiópolis, tão bem relatado desta tribuna pelo eminente Deputado Accioly Neto, que haveria de comprometer a imagem deste Governo.

**O Sr. Osvaldo Macedo** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

Nunca faço nada impensadamente; digo sempre o que penso, respondo sempre pelo que digo. Quando fiz referência ao comportamento do Sr. Governador do Estado, nesta campanha eleitoral, fi-lo como um alerta e disse-o bem. Sempre entendi a figura do Governador, como um Governador de todos e não como um Governador de um partido só, porque a administração pública não tem partido. O dinheiro público não tem partido; ele pertence a todos.

Quando disse e citei o exemplo de Pedro Aleixo e coloquei o Paraná, é para mostrar que quando o Sr. Governador do Estado pretende, e demonstra, e evidencia, pelo seu comportamento, que pretende que o partido a que ele está filiado saia vitorioso nas eleições, ele se põe a campo, se põe a campo, visita municípios, faz comícios e, nesses comícios, pede votos para candidatos de seu PARTIDO, transformou-se, portanto, num cabo eleitoral.

Acontece que, para o Sr. Governador ir para o interior, viajar para o interior, ele viaja, ou de avião, ou de helicóptero do Governo, e como Governador; se pede votos para um partido, se ele vai como chefe de um partido ou líder de um partido, que viaje às expensas desse partido, ou às suas próprias expensas, porque a gasolina do helicóptero do Sr. Governador, a gasolina do avião do Sr. Governador, é paga com dinheiro do contribuinte da ARENA ou do MDB.

E aquele partidário mais simples, mais humilde e, às vezes até despreparado do interior, não tem a capacidade intelectual que tem o Sr. Governador mas, vendo-o arraigado em campanha e disposto a vencê-la, ele se passa, se transforma em guarda da esquina e pode interpretar mal e interpreta mal, muitas vezes e faz coisas que eu sei que o Governador não faria, mas ele mal instruído acaba por fazer e o pior é que é Governador de todo o Estado e não de um só partido. Quero respeitar o Governador enquanto o Sr. Governador for Governador, mas não pode merecer o meu respeito como Governador quando ele deixa de exercer esta condição e passa a exercer a condição apenas de chefe político.

É verdade que ele inaugura obras. Às vezes nem inaugura obras do Estado, às vezes particulares pedem que ele inaugure obras como a cooperativa, como a nova indústria e às vezes anuncia obras e serviços que não tem. Ainda no começo deste ano o Sr. Governador esteve no município de Ivaiporã, mas na primeira vez que ali esteve concitaram a todo o povo em praça pública a que, quem estivesse precisando de remédio, que procurasse o Posto de Saúde que lá teria todos os remédios de graça. Na segunda-feira, o médico do Posto de Saúde blasfemou

contra o Governador porque não tinha remédio algum e o povo ali compareceu acreditando nas palavras do Governador. Isto não é leal, isto não é correto, isto não pode acontecer no Paraná, isto pode só servir de mau exemplo que não não queremos no interior do Estado.

**O SR. IVO THOMAZONI** — O que vale para uns, não vale para outros. É a máxima, quer me parecer, ditada nesta Casa pelo eminente Líder do MDB. Primeiro, Sr. Presidente, não se pode negar ao Governador do Estado o direito que todos os governantes têm de dispor, para sua locomoção de meios condizentes para o seu transporte, como não se nega aos eminentes Deputados integrantes da Mesa deste Poder Legislativo, e é histórico, Sr. Presidente, não se nega a eles o direito de dispor de um meio de transporte também condizente, como o motorista e combustível mantido pelo dinheiro do povo, que é o dinheiro de todos, com o dinheiro público, que é o dinheiro de todos. Palavras de S. Exa. o Deputado Osvaldo Macedo e não se pode e não se deve, Sr. Presidente, particularizar a conduta de um sem que se veja a conduta de todos, porque, no meu entender é válido, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente deste Poder que é da ARENA, e o Sr. Vice-Presidente, que é do MDB, ambos dispõem das mesmas condições de se locomoverem e o fazem, Sr. Presidente, com as despesas cobertas pela dotação orçamentária própria. Negar, portanto, ao Sr. Governador do Estado, dispor de meios de locomoção para as visitas que o Chefe do Poder Executivo pode e deve fazer, sistematicamente ao interior do Estado, para conhecer de perto as aspirações do povo, é pretender-se então enclausurar-se o povo para se ouvir desta tribuna, então sim, críticas ao Governante que não desce do pedestal para se confraternizar com o povo, para dialogar e para conhecer das suas aspirações. E qual seria então o comportamento do Prefeito Municipal de Londrina, de Maringá também, Sr. Presidente, e Pato Branco que é da ARENA, mas de Francisco Beltrão ou de Guarapuava que são do MDB, na cúpula eleitoral, quando participam das reuniões e dos comícios políticos e pedem votos, Sr. Presidente, em favor dos candidatos do seu Partido?

Porque Sr. Presidente, que nós da ARENA, é que temos que baixar a cabeça sempre e estamos constrangidos a uma prática legal, constitucional e válida sob todos os sentidos, desde que esta participação, Sr. Presidente, não fira nunca a dignidade do oponente? E esta está sendo preservada, Sr. Presidente, respeitada sob todos os pontos de vista, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** — (Maurício Fruet). Esta Presidência lembra a V. Exa. que o seu tempo já esgotou e concede, se requerido, prorrogação do mesmo prazo.

**O SR. IVO THOMAZONI** — Eu requeiro a prorrogação para ensinar, Sr. Presidente, aos eminentes Deputados que me solicitam aparte, para que possam intervir neste debate, Sr. Presidente, que não pretende outra coisa senão dizer à opinião pública do Paraná, de que não se está fazendo nada, e no comportamento do Governador Jayme Canet Júnior nada existe, Sr. Presidente, que não seja moral. E quando se convida o Chefe do Poder Executivo para descerrar a fita inaugural dos graneleiros ou dos armazéns, ou dos escritórios de uma cooperativa, Sr. Presidente, não seria justo obstar a participação, a presença do Chefe do Poder Executivo, que mal ou bem, Sr. Presidente, é o homem que tem diuturnamente gestionado para que se obtenha do Governo Federal as verbas que são repassadas pelos bancos oficiais, BADEP, BRDE, BANESTADO, que num programa que é o PRODASEM, o melhor programa já assistido na sua aplicação em qualquer Unidade Federativa, ensinou ao Estado do Paraná a sua liderança em termos de capacidade armazenadora neste País. E quando uma população deseja tributar o seu respeito, a sua amizade ao Chefe do Poder Executivo, dizer que a sua participação no ato inaugural é uma participação eleitoreira, política, demagógica, porque não vê-la, Sr. Presidente, como uma confraternização do Governador com o

seu povo, que deseja com ele confraternizar porque dele tem recebido atenções, respeito, orientação, assistência?

Temos neste Paraná, Sr. Presidente, Postos de Saúde disseminados em todos os municípios do Paraná e em quase todos os Distritos Judiciários. Neste Governo, instalaram-se talvez, uma centena deles. Mas temos também que dizer porque a oposição não diz, que no Paraná estamos distribuindo da CEME, da Central de Medicamentos a maior quantidade de medicamentos que qualquer Unidade Federativa tem recebido. E que não se insinue, Sr. Presidente, de que estes medicamentos são ou continuam sendo como antes da Revolução, talvez, por não existir uma Central de Medicamentos, adquiridos e repassados por hospitais particulares. Agora são distribuídos através dos Postos de Saúde. E se eventualmente o estoque de um ou de outro possa estar axaurido numa determinada data, não invalida, Sr. Presidente, a atuação governamental voltada em favor da gente desassistida do interior.

Não pretendo, Sr. Presidente, ser mais realista do que hoje e nem pretendo dizer aqui que não existam falhas no Governo que nós ajudamos, porque somos do nosso Partido, a sua sustentação política. Mas tenho o direito e acima do direito o dever, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de contestar afirmações que as entendo, estas sim, como eleitoreiras é que pretendem falsear uma imagem de quem tem se pautado num comportamento que é digno de respeito de todos os paranaenses.

**O Sr. Enéas Faria** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ivo Thomazoni, entendo, nem por isso V. Exa. está aqui, e aqui estamos, porque tem V. Exa. o direito de dizer o que bem entende. Tem V. Exa. o direito de produzir a oração que melhor lhe aprover, e é isso que V. Exa. está fazendo. Embora entenda que o final de seu pronunciamento agora, a ele faltou tão só o povo e o foguetório, para transformar esta tribuna, num palanque. V. Exa. com os dons de oratória que tem, certamente, muito bem se sairá, nos comícios que o seu partido está programando e haverá de realizar nesta eleição, dizendo o que está dizendo.

O que nós não pudemos concordar, meu caro Deputado, e por isso, aqui estamos para colocar reparo e na hora, é a tentativa que faz V. Exa. de misturar o trigo com o joio. Está denunciando aqui, ou o foi pela liderança do MDB, e V. Exa. não desmentiu, que o Sr. Jayme Canet e toda a equipe governamental, usa de todo o instrumental que o Governo possibilita para praticar campanha eleitoral, em favor de um partido, em favor de determinados candidatos.

**O SR. IVO THOMAZONI** — Absolutamente, Deputado. O que V. Exas. pretendem é amordaçar o Governador do Estado, quando nada mais faz do que através das mensagens repetidas, conchamar o povo para que ajude o seu partido à verdade, o que pretende com a vitória do seu partido, fortalecer. E nada mais legítimo, eminente Deputado, nada mais honesto.

**O Sr. Enéas Faria** — Se me permite, eu vou completar.

Honesta, legítima, entendo Sr. Deputado, a atitude dos meus eminentes companheiros de bancada do MDB, que têm postos executivos nesta Casa; e dos meus eminentes companheiros que têm postos executivos em municípios do Paraná. E, não os conhecesse e não acompanhasse a sua atuação, ficaria até assustado com a declaração que fez V. Exa. os nivelando a outros Srs. Deputados.

Se me permite, eu vou completar e aqui quero testemunhar, hoje aqui está em Curitiba, um Prefeito do meu partido, Prefeito do interior, do meu partido; veio com o carro da Prefeitura, com o motorista pago pela Prefeitura e com a gasolina paga pela Prefeitura, logo, pelo povo. E aqui está, Sr. Deputado, em contatos com órgãos e departamentos de interesse, para a execução do seu mandato na Prefeitura.

Mas, já testemunhei e já vi, Sr. Deputado, este mesmo Prefeito, com o seu carro pessoal por ele mesmo dirigido, ir

aos comícios do meu partido. Com o seu carro, por ele mesmo dirigido, com a gasolina paga do seu bolso. Sr. Deputado, para mais um exemplo:

Lançado candidato a Prefeito no seu município, o Deputado Fidelcino Tolentino, para citar apenas um exemplo, porque mais não precisa, a partir do instante, em que lá foi candidato, deixou de utilizar o carro que lhe cabe por direito nesta Casa, e aqui está o Deputado. Apenas, este reparo, Sr. Deputado, que para mim, cioso da responsabilidade e dos deveres dos meus companheiros, não poderia deixar passar, era preciso fazer esta observação.

**O SR. IVO THOMAZONI** — Reparo desnecessário, eminente

Deputado, porque eu validei e fiz questão de validar, o comportamento dos eminentes Prefeitos do MDB, quando também usam, como nós usamos, e não é privilégio do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, deixar de usar o seu carro de representação, para locomover-se depois de candidato.

Porque se V. Exa. for ao pátio de estacionamento desta Assembléia Legislativa, haverá de ver também, que o líder do Governo está andando há muito tempo há alguns meses com o seu carro particular. Porque a Casa não dispunha de verbas para adquirir uma viatura para a liderança do Governo. E adquiriu para a liderança do MDB, Sr. Presidente. E nem por isso nós nos queixamos. Porque nós votamos um orçamento aqui, que o consideramos bem e fielmente executado pela douta Comissão Executiva deste Poder.

Não é privilégio do MDB o uso correto e honesto dos meios públicos, é privilégio da classe política, à qual nos incorporamos.

E não podemos aceitar que, nesta Casa, sempre que um fato isolado ocorre, em qualquer quadrante deste Estado, aqui seja trazido com as mais ásperas acusações de culpabilidade do Chefe do Poder Executivo, ou dos homens que se abrigam no Partido que dá sustentação política a este Governo.

Já dissemos, desta tribuna, em algumas oportunidades, que quando se atenta contra a vida de um companheiro, de um arenista, no Interior do Estado, e isso já ocorreu, Sr. Presidente, a ARENA não vem a esta tribuna para culpar os homens do MDB, ou o Partido. Procura analisar os fatos, e, na medida do possível, aconselhar os companheiros para que desarmem os espíritos e dêem uma demonstração de maturidade política, para que tenhamos uma campanha no clima da ordem, da tranquilidade e do respeito que todos merecem.

**O Sr. Osvaldo Macedo** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, apreciei muito os louvores tecidos por V. Exa. com referência ao Sr. Governador.

Acho que deixei clara a minha posição: que o Sr. Governador deve ir ao Interior, como Governo; deve usar dos recursos do Governo, como Governo; não deve e não pode fazê-lo como dirigente ou como Líder de Partido.

Mas, como V. Exa. citou as obras do Governo, gostaria de formular dois pedidos. V. Exa. falou em Postos de Saúde instalados em todos os municípios e muitos distritos do Estado do Paraná. Por favor, Sr. Deputado, providencie que sejam abertos os Postos de Saúde que estão fechados. E como exemplo, o do distrito de Farol, em Campo Mourão. V. Exa. falou que tem sido o Sr. Governador muito expedito em obter verbas, recursos do Governo Federal, para aquinhoar o Paraná.

Os Prefeitos do MDB, porque têm realizado administrações técnicas, sérias, corretas, têm elaborado projetos e mostrado as necessidades de seus municípios, têm obtido, junto aos órgãos técnicos, recursos para execução de obras em seus municípios.

Londrina foi o primeiro município que teve implantado o Projeto CURA, no Paraná, porque a Prefeitura, realizando uma administração séria, fez um projeto que foi aprovado pelo BNH e já realizado uma parte.

Ocorre, Sr. Deputado, que já há muito tempo foi aprovado pelo BNH a destinação de uma verba de 30 milhões de cruzeiros para instalação do Projeto CURA em duas vilas de Londrina: Vila Nova e Jardim Bandeirantes, o agente financeiro é o Banco do Estado. E lá está o contrato, há três meses, para que o Banco do Estado simplesmente assine para que esse dinheiro seja aplicado. E ele se recusa a fazê-lo, para prejudicar o município, porque o município é dirigido pelo MDB, e tem uma administração digna e correta.

O SR. IVO THOMAZONI — Vou encerrar, Sr. Presidente, não sem antes dizer, mais uma vez, que o eminente Deputado Osvaldo Macedo procura não ser justo em sua intervenção.

O eminente Deputado faz questão de esquecer, Sr. Presidente, das vultosas somas de recursos repassados pelo BNH, através do Projeto CURA, repassado pelo Banco do Estado do Paraná em favor da administração de Londrina, de Maringá, de Guarapuava e de outros tantos municípios do Paraná, exatamente porque naqueles municípios estão Prefeitos que sabem administrar, como tantos outros municípios nas mãos da ARENA receberam recursos, porque também são tão bons Prefeitos quanto os Prefeitos do MDB.

Procura-se, Sr. Presidente, com a demora da liberação de uma verba que não significa sequer 20 por cento do que o município de Londrina já recebeu do BNH, invalidar o comportamento governamental, quando repassou as verbas sem perguntar se o Prefeito José Richa era do MDB ou da ARENA.

Era isso que pretendíamos dizer, neste plenário, do comportamento do MDB, que fosse favorável à política que não é discricionária na distribuição de recursos às administrações municipais. E me dou por satisfeito, porque vemos que finalmente o líder do MDB concorda que a administração de Londrina não foi nunca discriminada na distribuição de recursos repassados pelo BNH. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 113/76, 114/76, 115/76, 116/76, 117/76 e de Lei número 180/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 119/76, 120/76, 121/76, 122/76 e 123/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 124/76, 125/76, 126/76, 127/76 e 128/76.

Marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 17, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 85/76, 86/76, 87/76, 88/76, 89/76, 90/76, 91/76, 92/76, 93/76, 95/76 e 96/76.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERNESTO GNOATO, EM SESSÃO DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1976.**

Publicado no jornal "O Estado do Paraná" em 15 de setembro de 1976.

#### PAULO AFIRMA: CONTINUO DE PÉ

Com toda a veemência, o ex-governador Paulo Pimentel negou que tivesse se recomposto politicamente com o ministro Ney Braga, afirmando que ambos estão "em campos opostos há muito tempo", e que "nossas divergências de métodos e

idéias são profundas". Desmentiu também que as suas empresas de comunicação estejam atravessando fase crítica, em face do boicote econômico decretado pelo governador. "Não devemos nada a ninguém", frisou.

Pimentel confirmou, por outro lado, que de fato recebeu um telefonema do ministro da Educação, quando de notícia publicada por O ESTADO a respeito da verba de mordomia do MEC. "Nenhum outro assunto foi debatido. Nem poderia ser. Jamais o procurei para conversar sobre composição política. Hoje, no Paraná, são as suas idéias e os seus métodos que prevalecem. Continuo não concordando com eles", prosseguiu o ex-governador.

"Fui alcançado não apenas politicamente, mas também empresarialmente. No campo político, só uma eleição direta e livre poderá dizer quem de nós está com o povo. Na iniciativa particular, há seis meses venho suportando uma perseguição sem tréguas e a um boicote financeiro sem precedentes". Resaltou que os três jornais, duas emissoras de televisão e uma rádio, sob seu comando, não devem nada. E mais: são credoras do governo do Estado.

"Operações normais com o Banco do Estado do Paraná foram proibidas pelo Sr. Jayme Canet Júnior. Apesar de ser um banco oficial, tal instituição de crédito foi usada para perseguir e tentar amordaçar a nossa voz. Não nos submetemos. Como empresário continuo de pé. Politicamente, estou onde sempre estive, com a minha consciência e com as minhas idéias", garantiu ainda o ex-governador Paulo Pimentel.

O ex-governador Paulo Pimentel negou, com veemência, que tenha se recomposto politicamente com o ministro Ney Braga, afirmando que ambos se encontram "em campos opostos há muito tempo" e que "nossas divergências de métodos e idéias são profundas". Em entrevista à imprensa nacional, Paulo também desmentiu que as suas empresas de comunicação estejam atravessando fase crítica. Afirmou: "minhas empresas estão rigorosamente em dia com seus compromissos financeiros e nada devem nem ao governo do Estado, nem a qualquer empresa estatal".

Pimentel confirmou que de fato recebeu um telefonema do ministro Ney Braga, que lhe pediu informações sobre uma notícia publicada em O ESTADO DO PARANÁ, sobre a verba de mordomia do Ministro da Educação. "Nenhum outro assunto foi debatido. E nem poderia ser. Jamais o procurei para conversar sobre composição política — afirma Paulo. Hoje, no Paraná, são as suas idéias e os seus métodos que prevalecem. Continuo não concordando com eles e, por isso, fui alcançado não apenas politicamente, mas também empresarialmente. No campo político, só uma eleição direta e livre poderá dizer quem de nós está com o povo. Na iniciativa particular, há seis meses venho suportando uma perseguição sem tréguas e a um boicote financeiro sem precedentes".

#### BOICOTE

O ex-governador Paulo Pimentel, que tem sob o seu comando três jornais, duas emissoras de televisão e uma rádio, afirmou que além de suas empresas não deverem nada, elas são credoras do governo estadual. "Operações normais com o Banco do Estado do Paraná foram proibidas pelo Sr. Jayme Canet Júnior. Apesar de ser um banco oficial tal instituição de crédito foi usada para perseguir e tentar amordaçar a nossa voz. Não nos submetemos. Outras represálias mais sérias foram adotadas contra mim. O objetivo era um só: a minha destruição como político e como empresário. Como empresário continuo em pé. E a verba de divulgação dos órgãos do governo, que se pretendia fosse a mordida das empresas de comunicação a mim vinculadas, está engordando os rendimentos dos que são dóceis".

"Politicamente, afirma Paulo Pimentel — estou onde sempre estive, com a minha consciência e com as minhas idéias. Nunca pedi e jamais firmei compromisso com senadores ou

deputados. Tenho entre eles companheiros amigos, mas longe de mim exigir-lhes sacrifícios e solidariedade que só têm valor quando espontâneos e conscientes”.

#### POLÍTICA

O ex-governador Paulo Pimentel denunciou também o processo de marginalização política desencadeado contra ele pelo grupo ligado ao ministro Ney Braga “Como político, ainda filiado à ARENA, apesar de tudo, não quero ser usado como em 1974, quando a mim foi atribuída a causa da derrota, para justificar o insucesso e desprestígio popular das mesmas figuras que hoje dominam o quadro situacionista do Paraná. Naquela oportunidade, negaram-me a candidatura ao Senado e um lugar no palanque. Hoje, afastam-me, tramam a minha destruição e ardilosamente, tentam incompatibilizar-me com o

governo federal e com o presidente Geisel, a quem devoto todo o respeito e em quem deposito a maior confiança”.

“O povo do Paraná — acentua Paulo Pimentel — é testemunha de que jamais levantei a voz para ajudar a Oposição. Respeito-a e me honro da amizade de muitos de seus líderes. Alguns da Arena, por temor a concorrência e impermeáveis ao diálogo — que pressupõe confronto de idéias — querem me empurrar para fora de seus quadros. Assim como não aceito suas provocações e não me amedrontam as suas ameaças, não assumo posições à busca de dividendos eleitorais. A minha conduta política é reta e sem desvios. Fiz um governo aberto e sem ódios em pleno período revolucionário. Da mesma forma como defendi eleições diretas, como governador em 1968, sugeri em 73 a criação de novos partidos. As eventuais mudanças de Poder nunca atêrraram as minhas idéias.